



## **Chega está a enganar os pescadores da Caloura e leva coligação a aprovar mais um retrocesso ambiental**

O Bloco critica a coligação PSD, CDS e PPM por ter aprovado um retrocesso ambiental na área marinha protegida da Caloura para agradar ao Chega. Em outubro passado, o Chega apresentou no parlamento uma proposta que pretendia acabar com a zona de proteção marinha da Caloura, para permitir a pesca profissional naquela área, mas hoje, a proposta foi substituída, passando a permitir apenas a pesca lúdica a partir de terra. Ou seja, o Chega não cumpriu o que prometeu aos pescadores.

No debate, António Lima acusou o Chega de estar a brincar com os pescadores: “A proposta começou por ser para permitir a pesca com todas as artes, de todas as formas, na zona protegida da Caloura”, mas agora “o que temos é outra proposta”, que passa a permitir apenas a pesca lúdica – ou seja, não profissional – para “pescar de caniço na pedra”.

Depois de o deputado José Pacheco, do Chega, ter afirmado pescar naquela zona protegida, e ter lá organizado um torneio de pesca no passado, António Lima disse ser “triste que o PSD, e a coligação, se predisponham a aprovar uma coisa destas: aprovar legislação em benefício próprio de quem a propõe”.

Lembrando que o secretário regional do Mar e Pescas está atualmente “a rever a rede áreas marinhas protegidas costeiras”, o deputado do Bloco defendeu que este deve ser um processo “credível, participado e que não esteja sujeito a pressões”, como neste caso da Caloura.

Já depois de o secretário regional ter dado a entender não concordar com a iniciativa do Chega, o deputado António Lima assinalou o facto de a coligação estar a contrariar a opinião do membro do seu governo.

“O senhor secretário regional está no governo para implementar a sua política, ou para seguir a política do Chega?”, questionou António Lima.

Este foi a segunda situação de retrocesso ambiental promovido pelo Chega com o apoio dos partidos da coligação PSD, CDS e PPM esta semana, depois de ter sido também autorizada a utilização herbicidas com glifosato, que estava proibido desde 2020, por proposta do Bloco, devido aos perigos para a saúde e para o ambiente.

12 de dezembro de 2024